



UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE A CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA A PARTIR DA APROXIMAÇÃO DA CRIANÇA COM A CULTURA PRETA

Antônio Marcos Faustino dos Santos¹

Antonio Roniskel de Oliveira²

Gescineuda Bento de Lucena³

Karen Virginia da Silva Guedes⁴

Leidiana Bezerra da Silva⁵

José Douglas de Abreu Araújo⁶

RESUMO

Este escrito tem como objetivo socializar experiências da oficina “Um olhar reflexivo sobre a cultura africana e afro-brasileira a partir da aproximação da criança com a cultura preta”, trabalhada em sala de aula em uma turma do 2º ano do Ensino Fundamental, diante das atividades de extensão da disciplina de Educação e Relações Étnico-Raciais, do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará. Abordamos temáticas relacionada à cultura africana e afro-brasileira com o objetivo de demonstrar a importância de discutir e aproximar as crianças com as relações étnico-raciais. No processo de desenvolvimento da oficina foram observadas dificuldades em trabalhar as temáticas relacionadas ao povo preto na sala comum, causando inquietações e evidenciando que essas questões não são prioridades no espaço escolar. Observa-se que um dos indicadores que dificultam este ensino é a falta de formação continuada para os professores, não possibilitando aprofundamento nos conhecimentos essenciais para que a temática seja mediada de maneira assertiva. Existe a carência de narrativas históricas na perspectiva preta, desfocada do eurocentrismo que está enraizado no ensino em que mostra a história em uma visão universal, o que potencializa a dificuldade das crianças em se reconhecerem pretas, evidenciado, em suas falas, incertezas acerca de seu pertencimento racial. Os resultados mostraram que falar sobre a cultura ancestral do povo preto é uma temática necessária a ser trabalhada na escola, não apenas em datas comemorativas, mas em todo o ano letivo.

Palavras-chave: educação; afro-brasileira; cultura africana; perspectiva histórica.

INTRODUÇÃO

A educação das relações étnico-raciais no contexto educacional ainda é um processo desafiador, com lacunas existentes que necessitam de uma atenção especial que efetive o ensino da cultura africana e afro-brasileira nas escolas, viabilizando o contato e a aproximação com os conhecimentos acerca dos aspectos históricos da população preta.

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará-UECE, antonio.oliveira@aluno.uece.br;

² Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará-UECE, ant.marcos@aluno.uece.br;

³ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará-UECE, gescineuda.lucena@aluno.uece.br;

⁴ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará-UECE, karen.guedes@aluno.uece.br;

⁵ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará-UECE, leidiana.bezerra@aluno.uece.br;

⁶ Professor orientador: Doutorando, Universidade Federal da Paraíba, josedouglasabreu@gmail.com.



Mesmo com as políticas de afirmação ainda existe um apagamento da história, onde sempre é reforçado a perspectiva eurocêntrica. A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, estabelece:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 2003).

A partir do momento em que é trabalhada em sala de aula apenas uma vertente histórica, não possibilitando para a criança outros conhecimentos, levando em consideração a complexidade no processo de construção e formação do indivíduo, contribui-se para subjugar toda a existência de um povo como a cultura, a religião, a estrutura social, formando, assim, uma visão universal de mundo.

Segundo Kabengele Munanga (2015), “A questão do negro tal como colocada hoje se apoia sobre uma constatação: o tráfico e a escravidão ocupam uma posição marginal na história nacional. No entanto, a história e a cultura dos escravizados são constitutivas da história coletiva como o são o tráfico e a escravidão” (p.28).

O que nos advém com a percepção do autor é que as narrativas contadas do povo negro no Brasil são mínimas comparando-se ao real processo de sofrimento e resistência que passaram no seu silenciamento.

O ensino sobre as culturas pretas no espaço educacional é marcado por uma visão eurocentrada sobre uma perspectiva em que a história é contada em um olhar único, não permitindo outras narrativas.

A partir deste pressuposto, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adiche (2019), aborda a importância das histórias e como elas podem “despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada” (p.16).

Compreendendo a necessidade de discutir e apresentar no ambiente escolar as originalidades culturais construídas historicamente pelo povo preto, foi realizada uma oficina com conteúdo relacionado às relações étnico-raciais em que trabalhamos o orgulho e reafirmação da cultura negra, apresentada em uma perspectiva que enaltece a história, a cultura e a beleza, saindo do estereótipo repassado, permanente e reforçado socialmente.



METODOLOGIA

Este trabalho traz como referência uma abordagem qualitativa. Segundo Minayo (1994, p. 21), “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Por trabalharmos com valores, atitudes, crenças e relações interpessoais em relação às culturas africana e afro-brasileira, essa abordagem se apresenta significativa para uma aproximação necessária com crianças do Ensino Fundamental I.

Os dados apresentados neste estudo foram adquiridos através de uma vivência de uma oficina realizada na disciplina de Educação e Relações Étnico-Raciais no período de 2022.2 no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE) - unidade Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI), em que foram apresentadas às crianças as culturas africana e afro-brasileira, assim como a valorização e a reafirmação da beleza preta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho faz uma explanação acerca de uma oficina apresentada em sala de aula, pensada no intuito de garantir informações e conhecimentos aos alunos da instituição, para que estes tivessem não só um espaço para compartilhar suas possíveis experiências dentro do assunto, mas, principalmente, que lhes fossem apresentados, saberes historicamente negados e esclarecidas questões voltadas para a verdadeira história dos povos vindos do continente africano, como eram estruturadas suas sociedades, quais os costumes, as culturas, as vestimentas, entre outros aspectos fundamentais que devem ser trabalhados, levando em consideração todo o contexto do povo afro-brasileiro e africano, sua resistência, sua intelectualidade e suas contribuições para nossa sociedade (ciência, cultura, religião, etc.).

Djamila Ribeiro (2019) discute que:



É importante que se tenha uma preocupação real em não desprezar os conhecimentos de outras culturas. Para isso, deve-se nutrir empatia pelos diversos grupos existentes na sociedade, um processo intelectual que é construído ao longo do tempo e exige comprometimento: quando eu conheço uma cultura, eu a respeito. Então é essencial estudar, escutar e se informar (p. 72).

A realização da oficina aconteceu em uma turma de 2º ano do ensino fundamental, em que foi abordada a compreensão da história dos povos africanos e afro-brasileiros. No processo de desenvolvimento da oficina foram observados alguns pontos que causaram inquietações, evidenciando que essas questões não são discutidas no espaço escolar. Ao possibilitarmos às crianças o acesso a essas questões estimulamos a curiosidade e a vontade de conhecer novas culturas, partindo de uma perspectiva que geralmente não é apresentada em sala.

Ao abordar o preconceito racial em uma roda de conversa com os alunos como demonstrado na Figura 1, percebemos que o tema é recorrente na vida de cada um, seja de forma direta ou indireta, pois através de relatos tivemos o conhecimento de que alguns deles já sofreram injúria racial ou algum outro tipo de preconceito.

Figura 1 - Roda de conversa



Fonte: Autores (2022).

Para Adilson Moreira (2020), na obra *Racismo Recreativo*, “os estereótipos raciais negativos presentes em piadas e brincadeiras racistas são os mesmos que motivam práticas discriminatórias contra minorias raciais em outros contextos” (p. 29). Entende-se que esse



contato com o racismo acontece já na infância. A criança acaba tendo essas experiências negativas no meio em que ela está inserida.

Compreendendo as vertentes do racismo estrutural (ALMEIDA, 2019), o racismo recreativo (MOREIRA, 2020) pode se apresentar de forma consciente ou inconsciente por meio de piadas ofensivas, mas que são consideradas pela sociedade como normais, engraçadas e aceitas.

Na roda de conversa foi discutido ainda sobre o empoderamento da beleza preta, colocando os participantes em lugar de protagonismo, envolvendo as crianças com indumentárias negras. Desta forma, fizemos reflexões sobre a cor da pele e os tipos de cabelos.

Figura 2 – Amarração de turbantes



Fonte: Autores (2022).

Através da exposição de pinturas em telas e a preparação de turbantes, destacamos a arte africana.

Em um segundo momento, foi trabalhado um conto africano sobre a princesa Abayomi. Exibimos um pequeno vídeo que apresentava de forma breve e objetiva uma perspectiva histórica de um país da África, pois rejeitamos a história universalizante e única que aparecem em alguns materiais didáticos e propomos outras histórias que empoderam e humanizam (ADICHIE, 2019).

Percebemos que os alunos não conseguiram reter todo o conteúdo repassado, tendo em vista que estes conhecimentos eram totalmente desconhecidos. Por este motivo, tivemos que fazer uma abordagem durante a exposição do conto para esclarecermos as dúvidas existentes sobre o conteúdo apresentado.

Figura 3 - Reprodução de vídeo



Fonte: Autores (2022).

No terceiro momento, confeccionamos um instrumento musical de origem africana, o “Ganzá”. Notamos que esta ação / atividade lúdica despertou a curiosidade dos alunos e permitiu que todos interagissem de forma significativa e satisfatória, o que resultou na utilização deste instrumento no momento de musicalização da brincadeira “Terra e Mar”.



Figura 4 - Confeção de instrumento africano



Fonte: Autores (2022).

A partir destas intervenções, foi possível verificar que quando um tema é tratado através da ludicidade, levando para a sala de aula músicas, desenhos, pinturas, brincadeiras, etc., conseguimos prender ainda mais a atenção dos alunos.

No processo de desenvolvimento das atividades foi notória a dificuldade das crianças em se reconhecerem pretas, demonstrando, em suas falas, incertezas acerca de seu pertencimento racial, reproduzindo termos como “moreno”, “chocolate”, “marrom”, o que também reflete em uma das vertentes do racismo que, por muito tempo, tentou embranquecer a população negra.

Na fala de Luciana Jaccoud:

Inspirada nas teorias “científicas” racialistas que emergiram na Europa desde a primeira metade do século XIX, as teses adotadas no Brasil foram sendo, entretanto, reinterpretadas. A aceitação da perspectiva de existência de uma hierarquia racial e o reconhecimento dos problemas iminentes a uma sociedade multirracial somaram-se à ideia de que a miscigenação permitiria alcançar a predominância da raça branca. A tese do branqueamento como projeto nacional surgiu, assim, no Brasil, como uma forma de conciliar a crença na superioridade branca com o progressivo desaparecimento do negro, cuja presença era interpretada como um mal para o país (JACCOUD, 2008, p. 53).

Compreendendo que o educador desempenha um importante papel neste processo, é necessário perceber que existe um apagamento estrutural dos fenótipos pretos. Sendo assim, o



professor deve ter consciência da essencialidade da sua atuação no processo identitário da criança. Estes são aspectos abordados pela escritora Chimamanda:

Esteja atenta também em lhe mostrar a constante beleza e capacidade de resistência dos africanos e dos negros. Por quê? A dinâmica do poder no mundo fará com que ela cresça vendo imagens da beleza branca, da capacidade branca, das realizações brancas, em qualquer lugar onde estiver. Isso estará nos programas de TV a que assistir, na cultura popular que consumir, nos livros que ler. Provavelmente também crescerá vendo muitas imagens negativas da negritude e dos africanos (ADICHIE, 2017, p.52).

Ao finalizar a oficina, dialogamos com a professora da turma e fizemos questionamentos como: se ela já tinha presenciado alguma situação de racismo na sala de aula; como se dá o trabalho sobre a igualdade racial com seus alunos; se os professores são incentivados e orientados acerca do tema, e se possuem autonomia para realizar esse trabalho de maneira contínua.

A docente informou que presenciou situações de racismo em sala e entrevistou com conversas, destacando, em específico, um caso, em que parou a aula no mesmo momento e trouxe pautas raciais para mobilizar as crianças. E sobre a autonomia, ela fala que todos estão em um processo contínuo de formação.

Para Djamila Ribeiro:

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experienciar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experienciar do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos (RIBEIRO, 2021, p. 85).

Compreende-se que a luta antirracista deve ser coletiva e de todos, já que é uma problemática que afeta um grupo específico na sociedade. Porém, existe outro grupo que se beneficia dessa opressão construída a partir de marcadores que desumanizam e tentam apagar as narrativas existentes de homens e mulheres negras.

Quando estudamos a origem da desigualdade social podemos compreender as lutas e resistências dos movimentos negros em busca de igualdade social e direito. Assim, as pessoas que estão em situações de privilégio entenderão a importância de refletir a partir do seu lugar de fala e entender como ele foi construído. Portanto, é necessário pensar no acesso e permanência das crianças negras e pobres na escola por meio de estratégias metodológicas que



construam um pensamento de pertencimento e de reconhecimento como um indivíduo que faz parte de uma sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, que mesmo com a Lei nº10.639/03, que aborda a obrigatoriedade do ensino da cultura africana e afro-brasileira na sala de aula regular, ainda se percebe uma resistência em serem trabalhadas essas temáticas, que devem estender-se em uma percepção que valorizem a cultura preta, abordando de forma necessária e causando reflexões relacionadas às relações étnico-raciais no espaço educacional.

Conforme Adiche (2017), “Ensine-lhe a sentir orgulho da história dos africanos e da diáspora Negra. Encontre heróis e heroínas negros na história. Existem. Você talvez precisa contradizer algumas coisas que ela aprenderá na escola” (p.52).

Observa-se que um dos indicadores que dificultam este ensino é a falta de formação continuada para os professores, não possibilitando aprofundamento nos conhecimentos essenciais para que a temática seja mediada de maneira assertiva.

Analisando o percurso da oficina, identificamos alguns pontos positivos como o interesse das crianças em participarem das ações apresentadas, trazendo reflexões que causaram inquietações, permitindo diálogos que enriqueceram o momento de apresentação e outros que devem ser repensados.

Os resultados mostraram que falar sobre a cultura ancestral do povo preto é uma temática necessária a ser trabalhada na escola, não apenas em datas comemorativas, mas em todo o ano letivo. Existe urgência em combater o racismo. Precisamos ser antirracistas.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. **Para educar Crianças Feministas: um manifesto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ADILSON, Moreira. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro. Editora Jandaíra, 2020.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. [Structural Racism]. São Paulo: Pólen, 2019.



BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Diário Oficial**. Brasília-DF, 2003.
Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 18 de nov. 2022.

JACCOUD, Luciana. **As Políticas Públicas e a desigualdade Racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Mario Theodoro (org.). Brasília: Editora do IPEA, 1982.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **O desafio de conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. São Paulo: Hucitec. 2014.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. Brasil, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro. Editora Jandaíra, 2021.

_____. **Pequeno Manual Antirracista**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.